



O abastecimento no século XVIII no Grão Pará: Macapá e vilas circunvizinhas

Nírvia Ravena – Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Departamento de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (Unama).

Resumo

Através da análise do abastecimento em vilas e aldeias do Pará no período colonial, este artigo busca evidenciar a autonomia e a produtividade das populações situadas na área geográfica compreendida pela região setentrional da Amazônia. São José do Macapá e as vilas circunvizinhas são consideradas áreas piloto para desenvolvimento da política pombalina de colonização, essas populações de colonos, diferentemente do que foi interpretado, buscaram no nível local a solução para os problemas originados pela política metropolitana. As demandas por mão-de-obra indígena, a sedução pelos lucros das mercadorias que compunham o rol das “drogas do sertão” e a construção da Fortificação de São José do Macapá, direcionaram todos os esforços e gêneros de consumo para o atendimento da política metropolitana em detrimento do objetivo apresentado como motivação para o deslocamento dos colonos portugueses.

Palavras-chave

colonização na Amazônia Colonial, abastecimento na Colônia, fortificação de São José do Macapá

Abstract

Through the analysis of supply in villages and Indian settlements from Pará in the colonial period, this article provides evidence of the autonomy and the productivity of the populations placed in the geographic area consisting of the northern region of Amazonia. São José do Macapá and the outskirts villages are considered pioneer areas of the development of the Pombal period politics of colonization, these populations, different from what has been previously interpreted, searched in the local environment for the solution to the problems originated by metropolitan politics. The demands of Indian labour, the seduction by the profits in the goods which composed the role of “drogas do sertão” and the construction of the Fort of São José do Macapá, directed the consumption of all the efforts and goods in the metropolitan politic to the detriment of the objective presented as motivation for the dislocation of the Portuguese colonists.

Keywords

Colonization in the Colonial Amazon, supply in the Colony, Fort of São José do Macapá

INTRODUÇÃO

Abastecer significa suprir ou prover uma população dos gêneros necessários ou complementares a sua reprodução. As condições e formas desse suprimento estão relacionadas com a base material de produção, as relações de troca e a organização de instituições políticas. A análise do abastecimento em uma sociedade colonial requer a construção e a articulação de relações econômicas e políticas, atentando-se para o grau de autonomia de colonos e trabalhadores diante das decisões, ações e práticas de agentes metropolitanos.

A temática do abastecimento não é nova na historiografia brasileira. Em 1951, Mafalda Zemella elaborou um estudo sistemático acerca das redes de abastecimento nas Minas Gerais do século XVIII, examinando a economia baseada na extração mineral, as atividades voltadas para a produção de bens para o consumo interno e a interação das Minas Gerais com outras áreas abastecedoras dessa economia. No que diz respeito ao abastecimento no Grão Pará, o "olhar" do historiador examina não somente os atos de produção e de consumo de gêneros, mas também fundamentalmente as formas de organização do trabalho e os níveis de consumo. A cultura, as formas de organização e de gestão do trabalho colonial, a adaptação e a resistência dos trabalhadores indígenas à colonização permitem definir a particularidade do abastecimento no Grão Pará, em comparação com o restante da colônia.

O estudo do abastecimento permite lançar novas luzes sobre a pré-noção existente na historiografia de que a economia colonial esteve totalmente sob o controle da administração portuguesa. Registra-se um movimento de autonomia e momentos de reação da sociedade local ao domínio colonial. Pode-se ainda descrever o papel que essa administração desempenhou nos rumos do abastecimento e na organização da economia interna. Aqui um dos pontos em exame é a posição da administração do período colonial nas questões do abastecimento e do mercado interno.

No século XVIII, no Grão Pará, verificam-se mudanças nas práticas de abastecimento. A principal formaliza-se pela maior presença de instituições do Estado interferindo na direção anteriormente assumida pelo poder eclesiástico por meio das missões. O sistema missionário havia organizado sua base produtiva e as trocas internas disciplinarmente e com graus elevados de autonomia em relação ao Estado. A ruptura desse sistema ocorreu no interior das reformas pombalinas, instaurando-se uma ordem administrativa como resposta a velhos, mas reacomodados, interesses.

Essa ordem tinha caráter dúbio, contraditório e impositivo, porque previa e estimulava em seu discurso o cultivo de alimentos para o consumo (autoconsumo), mas concretamente exigia, permanente e crescentemente, uma força de trabalho adicional e excedentes dirigidos ao circuito mercantil. A conseqüente tensão findou por estabelecer limites nas estruturas econômicas, desencadeando a escassez de alimentos. As autoridades locais freqüentemente relatavam à administração local e à instância imediata do governo do Estado os problemas de abastecimento no território conquistado¹. As populações sediadas na colônia eram involuntariamente personagens desses relatos por terem como tutor o Estado e também por se inserirem nas modificações promovidas pelo capital comercial. Colonos, índios e escravos eram sujeitos de uma economia que oscilava entre a autonomia e a dependência. Outro aspecto que confere à administração colonial um caráter dúbio foi o fato de organizar redes de controle do consumo. Esse controle apareceu como elemento de nivelamento entre produção e consumo. Nessa perspectiva, aponta-se neste estudo a problemática do abastecimento como capaz de permitir ou até condicionar a instalação de novos projetos que garantissem a produção de gêneros agricultáveis e a solução direta das questões relativas à manutenção de colonos e trabalhadores no Grão Pará. Foi essa a tônica de inúmeras correspondências trocadas entre autoridades.

Constituem propósitos deste trabalho: a busca e a elaboração desse enfoque, primeiro por meio da discussão das noções interpretativas e depois por meio da identificação de momentos de crise ou de equilíbrio no abastecimento durante o período colonial no Grão Pará, focalizando Macapá e as vilas circunvizinhas. Embora esse ponto apareça, implícita ou explicitamente, em diversos documentos – ofícios, memórias, discursos e estudos –, nem sempre o olhar da historiografia regional foi direcionado para os problemas e os mecanismos do abastecimento.

A análise da produção, do monopólio e da troca na ótica do abastecimento pode contribuir para que se entenda a especificidade da economia colonial amazônica. As relações internas de produção e de troca permitem avaliar as conseqüências históricas de uma política de abastecimento e conjecturar a influência dessas práticas nessa sociedade. Demonstrar por que o abastecimento da colônia era um problema para a metrópole e que as soluções eram obtidas no âmbito nível local cons-

¹ Este estudo teve como fontes primárias a Correspondência da Série "Diversos com o Governo" e a Correspondência de Administrações locais com o Governador Geral do Grão Pará e Maranhão.

titui o objetivo deste trabalho. Paralelamente são citados os grupos afetados pela falta de gêneros.

O governo local buscou atender as exigências monopolistas e, para atingir tal propósito, tentava controlar efetivamente as trocas e direcionar a produção especialmente para a cultura de gêneros extrativos e também agrícolas lucrativos (como o arroz). Além disso, as administrações locais ficavam dependentes das estruturas produtivas (pesca, coleta de algumas drogas) não inseridas na ordem dos monopólios. Essa relação provocou no Grão Pará fases caracterizadas por escassez de alimentos no meio da disputa por braços entre as culturas incentivadas pela metrópole e as que escapavam ao monopólio.

No período analisado, o Estado assumiu um papel junto aos homens de ultramar: provê-los do necessário. Essa função provedora não se restringiu apenas a gêneros alimentícios, mas abrangeu também a infra-estrutura necessária (fortificações, vilas, portos) para a ocupação das terras conquistadas. Concretamente, verificam-se estratégias de arregimentação de força de trabalho e de obtenção de gêneros para dar suporte ao projeto de ocupar as terras conquistadas e torná-las produtivas para o capital mercantil. A análise do abastecimento permite desmistificar a idéia de uma economia totalmente manipulada e controlada pelo Estado, sem, entretanto, minimizar o papel dele nas designações históricas da sociedade colonial.

1 MERCANTILISMO E SISTEMAS DE ABASTECIMENTO

Na segunda metade do século XVIII, a defesa territorial, aliada à exploração econômica, foi a tônica das políticas absolutistas em domínios lusitanos. A relação dessas práticas com o abastecimento traz à discussão um problema específico para este estudo. A produção e a troca no Grão Pará obedeciam a desígnios e seguiam caminhos diferentes dos do resto da colônia. Produzir no extremo norte significava ter de atender trocas internas – e aqui é preciso retratar suas formas e mecanismos –, mas também significava produzir mercadorias específicas (drogas do sertão, incluindo especiarias) para realimentar o circuito mercantilista.

A produção não se configurou como no restante da colônia. Primeiro, a natureza extrativa dessa economia não garantia quantidades e qualidades. O Pará exportava uma lista de gêneros diversificada, porém diminuta e irregular. Os estoques da floresta do ambiente amazônico limitavam sua exploração econômica. Segundo, as tentativas de reorde-

nar a base produtiva para a agricultura comercial encontraram limites tecnológicos. Daí resultam diferenças cruciais quando se compara a expansão da produção e das trocas no interior do Grão Pará com outras capitanias da colônia. A análise deve partir do pressuposto de que as relações de produção, os sistemas de trocas e as formas de acumulação não foram homogêneos no universo colonial.

Em algumas capitanias, a dinâmica interna promovida pelas relações de produção e pela troca criou um mercado. O estudo sobre o abastecimento em Minas Gerais realizado por Mafalda Zemella (1990) aponta níveis de acumulação elevados em função das trocas. A autora descreve o comércio naquela capitania em mãos de agentes desligados da estrutura estatal e casas de comércio também autônomas. Descreve como o início de especialização no comércio aparece com as lojas e as vendas: as lojas ofereciam tecidos, armarinhos e perfumaria; as vendas comercializavam também tecidos, mas juntamente com artigos "molhados", como aguardente, comestíveis e gulodices. Zemella enfatiza a existência de negras doceras vendendo em tabuleiros "bem arranjados e tentadores", o que deu origem a um intenso comércio ambulante. Ao lado dos estabelecimentos comerciais, havia as "boticas" com estoques de remédios para os mineradores.

A intensidade das trocas gerou progressivamente nessa economia um sistema de mercado, entendido como lugar das trocas e de relações entre agentes econômicos: produtores, intermediários e consumidores. Todas as operações comerciais nas Gerais eram taxadas pelo Estado por meio dos "direitos de entrada", embora o contrabando de ouro fosse constante. Para solucionar esse problema, o Estado promoveu uma redução nas correntes abastecedoras das Minas, evitando a entrada de mascates e tropeiros. A consequência foi o estímulo à agricultura e pecuária no interior da capitania. A acumulação interna nas Gerais foi fruto das operações de troca. Isso concorreu para que a região experimentasse um período de auto-suficiência em relação ao abastecimento.

As redes de abastecimento das Gerais diferem estruturalmente das encontradas no mesmo período no extremo norte. Dificilmente a expansão da produção correspondeu no Pará a uma intensificação das trocas internas. Inexistiam feiras livres onde produtores pudessem colocar suas mercadorias. Toda a esfera da circulação era controlada, direta ou indiretamente, por agentes estatais. O descompasso dessa produção e troca impossibilitou um processo verticalizado de acumulação interna. Essa situação foi bastante afetada pelas distâncias e meios de transporte. A vila de Macapá produziu, em 1759, uma quantidade ex-

pressiva de melancias, arroz, galinhas, correndo o risco de tudo perder por falta de canoas para levar a produção a Belém.

Os contornos de uma economia extrativa vegetal são dados pela articulação entre a natureza dos produtos e sua realização nas trocas internas e para o mercantilismo. Produtos oriundos da “floresta”, como salsaparrilha, cravo, canela, cacau, encontravam limites no consumo interno. Não eram bens que poderiam substituir ou representar outros produtos nos processos de troca. Seu valor só se realizava no mercado externo. Não eram passíveis de acumulação porque internamente não constituíam valor de troca. Quando ocorria, o contrabando dessas espécies não era caracterizado como delito econômico. As formas de controle da circulação não se direcionavam para esse setor. Verifica-se, nas ordenações da Fazenda Real do Grão Pará, ausência de regulamento rígido. Os postos de controle eram aparelhados para quantificar e embarcar as remessas provenientes das expedições que saíam em busca de drogas.

Generalizadas no período missionário e presentes na organização da fase pombalina, as expedições do sertão são descritas de forma ilustrativa pelo padre João Daniel. Essas expedições duravam em média seis a oito meses, e os gastos somavam aproximadamente 300\$000 ou 400\$000 em farinhas; calculava-se ainda o pagamento dos índios, aguardentes, ferramentas, aluguel da canoa e utensílios para ela. A tripulação de cada canoa era composta de cerca de quarenta, cinqüenta ou até mais índios, reunidos com muita dificuldade, já que em cada missão conseguia-se apenas um ou dois. Os índios recebiam como pagamento nada mais que duas varas de pano grosso de algodão por cada mês de serviço. Estabeleceu-se que esse pagamento devia ser feito adiantadamente, o que significava uma antecipação de capital, e muito poucos colonos podiam dispor dessa soma. As autoridades estavam proibidas de realizar esse tipo de negócio, mas eram as mais ativas.

Padre João Daniel examina a expedição por três ângulos. Primeiro, o lucro e as perdas, indicando o desfavorecimento das coletas. Segundo, o sistema de sua organização e o parcelamento dos lucros entre donos (provavelmente militares de patente superior) e cabos. Esses últimos funcionavam como fiscais dos grupos de trabalhadores índios, recebendo um quinto da carga de cacau, livre de despesas. Nesse lucro líquido contribuía o fato de os índios conseguirem seu sustento e gastos (mínimos) dos donos. Os cabos funcionaram como peças de um processo de acumulação interna. Terceiro, a provisão de mantimentos anual incluía a farinha, gênero de maior procura, preço e raridade.

Os gêneros do sertão ficavam à mercê da demanda e da oscilação de preços no mercado externo. Dele dependia o retorno à economia local de capitais capazes de reproduzi-la. Os produtos extrativos não conseguiam afirmar-se em função de sua própria natureza. A continuidade da exploração dependia do recrutamento de uma mão-de-obra particular: os indígenas, detentores de um saber específico acerca do espaço (onde encontrar drogas) e do tempo (a sazonalidade do produto), constituíam os únicos trabalhadores aptos à tarefa. A plasticidade da força de trabalho indígena foi colocada à disposição de uma diversidade de atividades. Enquanto brancos e escravos não eram “funcionais” para o extrativismo, os índios podiam ser aproveitados tanto nas expedições como nas roças ou no transporte. Quando o mercado externo se mostrava favorável, crescia o recrutamento de índios para as expedições. Isso provocava, no âmbito interno, o abandono das roças e, conjunturalmente, problemas de abastecimento.

O consumo dos trabalhadores índios restringia-se a poucos produtos (farinha, pólvora, aguardente). Na floresta encontrava-se *in natura* a dieta básica, proveniente da caça, pesca e coleta de frutas. O abastecimento em si não era crucial e dificilmente significava custos elevados para os missionários e o Estado. Configurando-se de maneira independente, esse abastecimento não estimulou produções nem serviços subsidiários no âmbito local e regional. Nesse aspecto, o contraste com as Minas Gerais é notório.

Quando na década de 40 do Setecentos iniciou a queda mundial de preços, o extrativismo foi posto em xeque. O caráter não civilizador dessa atividade foi, para os portugueses, o fator principal da crise manifestada na economia amazônica. A alternativa encontrada foi direcionar as bases dessa economia para a agricultura. Gêneros como o cacau, a canela, o arroz e o anil foram submetidos a experiências de domesticação. Mas, com essa reordenação da base produtiva, persistia a dificuldade de reprodução das estruturas econômicas. A crise não foi resolvida imediatamente. A organização do trabalho para a agricultura do cacau não alterou sua vulnerabilidade diante das oscilações do mercado. A transição do cacau bravo para o manso (cultivado) respondeu a uma nova articulação da força de trabalho: índios livres sob regime de trabalho compulsório e trabalho escravo de origem africana compuseram os esquemas das unidades produtoras de cacau domesticado.

No Grão Pará, os sistemas de abastecimento podem ser estudados em dois momentos simultâneos: o primeiro, organizado pelos missionários, quando se verificam níveis de reprodução satisfatórios dos trabalhadores, bem como do suprimento de novas expedições; o segundo,

organizado pelo Estado no período pombalino, caracterizou-se por problemas e crises de abastecimento locais que, em fases mais críticas, generalizaram-se para todo o Grão Pará.

A emancipação dos índios – então mobilizados para as vilas, as fortificações, as roças dos colonos – concorreu para o desmantelamento da antiga estrutura. No seu lugar, demoraram para consolidar-se as bases da formação de uma economia camponesa. Nesse ínterim, eram os índios os responsáveis pelo abastecimento de novos projetos (povoados e fortificações). A profunda mobilização e a imobilização de trabalhadores provocaram na Amazônia ocidental crises de escassez. A produção agrícola caiu por “falta” de braços, e os gêneros deviam ser exportados para as vilas da região oriental. A maior demanda era por farinha de consumo generalizado: o “pão do pobre” serviu aos projetos no momento de sua implantação. Esse alimento básico era largamente utilizado na manutenção dos trabalhadores escravos das construções e como vencimentos de índios e soldados. A farinha foi o indicador dos momentos em que se manifestaram as crises de abastecimento². Certamente a produção de farinha como eixo da economia interna e gênero de consumo precisa ser compreendida numa análise de antropologia econômica.

2 O ABASTECIMENTO NAS MISSÕES

As primeiras unidades produtivas a desenvolverem sistemas de abastecimento auto-suficiente foram as missões. A racionalidade empregada pelos religiosos na utilização da força de trabalho indígena foi o principal fator de funcionalidade desse sistema econômico. Essa estrutura assentava-se sobre uma lógica operacional que articulava a produção para a subsistência e a coleta de drogas do sertão para exportação. Os índios, sob a tutela missionária, trabalhavam um período do ano na coleta e outro na agricultura para consumo interno. Essa divisão no tempo de trabalho dos índios tinha como objetivo evitar fugas e garantir ao sistema missionário sua reprodução. A exaustão a que eles eram submetidos nas mãos dos colonos ou da administração local findava na

² A mandioca era um gênero cuja adaptação se dava em níveis praticamente aceitáveis para a economia missionária. Mesmo após o produto ter sido direcionado para a agricultura de exportação, persistiram roças de mandioca conjugadas a outras culturas. Os estudos antropológicos afirmam que, embora houvesse grandes diferenças culturais, a maioria dos grupos indígenas da Amazônia tinha como atividade básica a agricultura da mandioca. As técnicas indígenas ofereciam variedade de raízes, sobretudo de uso culinário. Os conteúdos culturais sobre a farinha tornavam-na insubstituível nesse universo.

impossibilidade de sua própria reprodução biológica. O sistema de repartimento favoreceu os religiosos. Além do contingente índio fixado na agricultura, as missões dispunham de força de trabalho suplementar para as coletas de drogas do sertão, as quais eram isentas de taxas alfandegárias. Dispunham também de cômputos (30 mil reis anuais) e de 600 mil réis para promoverem “descimentos”.

No monopólio de alguns gêneros, como o bálsamo e na captura da tartaruga, estava a origem da maioria dos proventos das missões. Os produtos oriundos da tartaruga - como a manteiga - eram de grande utilidade e tinham uma aceitação interna garantida. Missionários, moradores e índios usavam o óleo da tartaruga e também os ovos na alimentação e como combustível para lamparinas.

Os privilégios dos missionários eram de ordem econômica e política. Politicamente tinham a seu favor a legislação do “Regimento das missões” e também ordens e decretos reais reafirmando sua função em relação à mão-de-obra indígena, bem como seu poder nos espaços que circundavam as missões. Trabalho organizado, racionalidade dos proventos e coerção ideológica foram o tripé do empreendimento que durante quase um século organizou a vida econômica, social e cultural do Grão Pará. Os missionários usufruíam da vantagem de controle das especializações econômicas internas, tendo em cada região uma fonte de suprimentos – a carne do Marajó, a farinha do Tocantins e as tartarugas do rio Negro.

A sazonalidade das drogas permitia destinar tempo para a agricultura. Associando seus saberes específicos nas roças de mandioca ou na caça de tartaruga, os indígenas concorriam para a produção desses excedentes. Não havia, entretanto, um sistema de trocas organizado que possibilitasse um comércio entre missões e moradores. Padre João Daniel informa, no seu relato, não haver feiras ou qualquer tipo de comércio na região (DANIEL, 1976, p.157-158).

Os produtos de consumo interno das missões representavam elementos fundamentais nas expedições dos colonos e dos serviços reais. Eram constantes as fraudes nos documentos de agentes do Estado para que pudessem entrar nas missões à procura de índios e, freqüentes os saques de víveres e farinha. As fraudes, a violência e os saques eram as práticas usuais dos militares. A descrição do assédio revela as filigranas das relações de poder que envolviam missionários e autoridades coloniais, e essas relações giravam em torno do controle dos trabalhadores e da distribuição de excedentes. As riquezas de que eram acusados os missionários diziam respeito à posse de víveres, mantimentos e índios. A acumulação e o poder político dos religiosos

eram associados à estabilidade dos preços das drogas do sertão no mercado interno.

A crise de preços dos anos quarenta do século XVIII e a sucessão do trono português rearranjaram a estrutura do poder no interior do Estado absolutista lusitano. Quando os religiosos perdem o poder político, a auto-suficiência das estruturas missionárias tornou-se objeto de ataque. A queda dos preços no mercado externo e a crise econômica foram acompanhadas de reformas políticas e econômicas. Os missionários foram acusados de estabelecer dentro da colônia uma “república autóctone”. Consumaram-se assim as bases para a desestruturação desse sistema de produção e de abastecimento.

3 O ABASTECIMENTO CONTROLADO PELO ESTADO

Pombal, por meio de uma modalidade de instituição mercantilista – as companhias de comércio –, introduziu no Estado do Grão Pará mudanças estruturais de grande significado, cujos pontos centrais foram: a política relativa à mão-de-obra indígena, a criação da Companhia do Grão Pará e Maranhão (1755) – que durante 20 anos de funcionamento pretendeu introduzir a mão-de-obra escrava negra a crédito e incrementar a produção agrícola –, a redistribuição da propriedade confiscada dos jesuítas, com o intuito de captar recursos por meio de vendas em hastas públicas ou mesmo de doação aos moradores para favorecer e impulsionar núcleos de povoamento e desenvolvimento agrícola.

O Norte da colônia, foco de constantes invasões, passa a ser no governo pombalino uma área prioritária nos orçamentos reais. Mas havia problemas insolúveis: a escassez de mão-de-obra e a vasta extensão do domínio. Como tornar esse domínio uma área produtiva, que combinasse agricultura comercial e extrativismo? Essa prática, preconizada por Mendonça Furtado, concretizou o domínio da administração leiga sobre a população indígena e viabilizou parcialmente o programa de Pombal para o Estado do Grão Pará. O governo lusitano, embora tenha declarado juridicamente livres os índios, permitia com maior freqüência que os diretores das vilas promovessem “descimentos” e resgates para seu uso próprio ou para uso dos moradores, que resistiam à importação de mão-de-obra escrava africana.

A política pombalina montou-se sobre a tríade: mão-de-obra importada, agricultura comercial e exercício do monopólio pela Companhia do Comércio. Dessa forma, a agricultura foi estimulada e, por meio de mecanismos de compra a crédito, implantou-se o mercado de traba-

lho escravo africano. Foi tentativa dessa administração formar uma economia de *plantation* no Grão Pará, priorizando alguns gêneros para a agricultura na região. O cacau foi realmente significativo nas exportações do Pará. A agricultura continuou a ser fomentada no Pará apesar das diminutas cifras da produção exportada (MAC LACHLAN, 1974, p. 122), pois o algodão e o arroz sempre responderam por valores insignificantes na exportação, se comparados aos do Maranhão.

As pequenas produções agrícolas para a exportação encontravam também limites no escoamento dos gêneros. O transporte, antes nas mãos dos religiosos, militares e alguns moradores, estava nesse período sob o controle do Estado. Uma certa atenção foi dada ao escoamento dessa produção. A importância do transporte manifestou-se mesmo antes da segunda metade do século XVIII. Em 1732, foram trazidos da Europa um francês especialista na construção de navios e um "maquinista" para serrar madeira. O estaleiro foi organizado em 1761. Mas foi somente dez anos depois que, autorizado por uma Carta Régia, o arsenal de Belém tornou-se uma empresa relativamente importante, com 283 trabalhadores (CARDOSO, 1985, p. 38). Tais tentativas não foram suficientes para resolver os problemas de transporte. Perduraram por todo o século dezoito reclamações acerca da debilidade dos transportes na Amazônia colonial.

A administração pombalina alterou os caminhos da produção, da troca e da acumulação anteriormente vigentes no Grão Pará. O abastecimento e seus problemas foram o termômetro dessas mudanças.

A Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão buscou orientar a produção e controlar efetivamente as trocas por meio do monopólio. Atuava por intermédio de agentes ligados ao aparelho burocrático lusitano (contratadores e almotacés). Para que a Companhia começasse suas atividades no Norte, o Estado promoveu nos primeiros cinco anos (1750-1755) a transformação da estrutura missionária, criando outros núcleos populacionais destinados à agricultura. Missionários foram substituídos por diretores, com o intuito de que a administração laica desse conta de aliar o extrativismo usual ao abastecimento do contingente populacional, fixado nos novos projetos. Além de perpetuar as práticas extrativas, a economia desse período buscou nas antigas reduções de índios o espaço onde convergiram duas orientações produtivas distintas e complementares: o extrativismo e a agricultura, ambos capazes de produzir excedentes. Os personagens dessa peça continuaram a ser índios, transformados em súditos quando fixados na agricultura e por isso devendo à Coroa tributos sobre sua produção.

Para remediar as conjunturas desfavoráveis, o Estado buscou resolver os problemas nos locais em que surgiram. Sua função provedora foi

desmascarada pela não correspondência entre produção e demanda. A inexistência de um mercado interno dava ao Estado a aparência de provedor, entretanto a esfera da produção retirou os “liames abastecedores” que o envolviam. Quando se buscava nas antigas reduções e populações desestruturadas o *locus* de abastecimento, deparava-se com limites intransponíveis. O acúmulo de tarefas pela mão-de-obra indígena tornou-a incapaz de produzir excedentes que pudessem satisfazer as necessidades de consumo interno. O direcionamento de trabalhadores para a construção de grandes obras diminuiu o número de trabalhadores fixados na agricultura, e novas técnicas de cultivo não foram viabilizadas. Administradores e colonos acreditaram que era inesgotável a fonte de força de trabalho indígena. A administração insistiu em fazer “descimentos”, encontrando nessa prática outro limite: submetida a quase 200 anos de colonização, a população indígena entrava num processo de dizimação.

Sem estrutura capaz de produzir excedentes cooptáveis e sem perspectiva de uma economia baseada em trocas internas mais intensas, as populações sediadas no Grão Pará submeteram-se a um consumo próximo ao da sobrevivência. A inexistência de feiras ou armazéns deixava a distribuição de gêneros por conta da administração local. Datam desse período os decretos de proibição de passagem pelo Brasil de comissários volantes.

As estruturas produtivas legadas pelos missionários foram incapazes de readaptar-se às novas regras de organização da produção: já não ofereciam, proporcionalmente, condições e garantias de abastecimento. As estruturas destinadas a satisfazer as necessidades internas dificilmente contaram com modificações técnicas que permitissem o atendimento das novas funções definidas pela reforma.

O aumento progressivo das necessidades de consumo (gêneros e víveres), resultado da imobilização de trabalhadores índios e negros (nas construções e no serviço real), como também de contingentes militares, não foi acompanhado de um aumento nos excedentes destinados ao consumo interno. A fragilidade da economia amazônica manifestou-se na produção insuficiente e na quase inexistência de trocas. Assistiu-se, então, a um período de elevação de exportações agrícolas com o cacau.

4 MACAPÁ E AS VILAS CIRCUNVIZINHAS: A ESPECIFICIDADE DO ABASTECIMENTO NESTA REGIÃO

No início da segunda metade do século XVIII, é possível perceber sinais de uma reorientação econômica de Portugal em relação à colônia

do Grão Pará, promovida pela necessidade de domínio territorial e, paralelamente, de ajustes nos mecanismos de extração de excedentes. Essa reorientação precisava de investimentos básicos para dar seus primeiros passos. Aperfeiçoar a defesa por meio da construção de novas fortalezas, desenvolver a agricultura comercial e endurecer a vigilância na esfera da circulação foram as práticas definidas nessa reorientação. A nova forma de relação produtiva buscava contornar os problemas provocados por um descompasso entre a distribuição dos recursos (mão-de-obra, canoas, alimentos) e a produção de gêneros alimentícios.

São José de Macapá foi o núcleo populacional para onde convergiram dois projetos de importância para a Coroa lusitana: um relativo à defesa territorial e outro concernente à estratégia geopolítica e à exploração econômica de gêneros demandados pelo capital comercial.

Os primeiros dez anos de vida dos colonos, em Macapá, foram marcados por uma certa margem de autonomia nos atos de produzir e consumir, mas esse caráter autônomo não afastava os problemas. Macapá não tinha uma economia livre de pressões extra-econômicas, mas elas não eram dadas pela ação do capital comercial.

Os primeiros colonos enfrentaram dois problemas distintos: escassez de braços para desmanchar roças e escassez de transporte para o escoamento dos gêneros. Nesse período, a diversidade das culturas, aliada à dedicação exclusiva à atividade agrícola, satisfazia necessidades do conjunto dos moradores com a produção local. A circulação dos gêneros alimentícios, pareceu-nos, efetuava-se por meio de trocas diretas. Os gêneros não produzidos no interior dessa economia (ferramentas, sal, tecidos, remédios) eram fornecidos por agentes do Estado, e havia certa flexibilidade no controle das trocas. Essa economia abriu uma rota para o abastecimento de um núcleo populacional mais denso – Belém –, e os dízimos eram os motores desse trânsito. Muitas vezes essas obrigações acrescentavam-se aos débitos dos moradores perante a administração local. As dívidas e a dependência maior resultavam da contratação do transporte nas canoas, que estava organizado como monopólio do Estado. Estragavam-se os gêneros destinados ao consumo de Belém e regularmente atrasavam-se as canoas; por conseguinte, as dívidas dos produtores aumentavam significativamente.

Nesses primeiros dez anos, foi construída uma olaria, funcional por fornecer materiais básicos para a construção da fortaleza. Lá estava instalada uma olaria, que em um ano havia produzido 18 (dezoito) milheiros de telhas, 8 (oito) milheiros de tijolos, potes e louças miúdas. O gasto com jornais para seus trabalhadores em um ano foi de 100\$80 réis e arrecadou] 24\$795, a seu favor um pequeno lucro de 24\$21 5 réis (APP CÓDI-

CE 004, 1752-1762; DOC. 964). Logo depois a olaria foi mudada, e a nova unidade instalada, mais próxima dos depósitos de argila, proporcionava uma redução no tempo de produção³. Foram nomeados moradores e índios para “carrearem barro”. O crescimento do empreendimento foi rápido. Com uma maior produção, a nova olaria também atendia localidades próximas, como Arrayolos, comprador de louças para acondicionamento de produtos extrativos, como o óleo de tartaruga. Fornecia também tijolos e telhas para as casas e igrejas edificadas nas outras vilas. Estes seriam os signos da mudança. As primeiras localidades onde se buscavam os braços e gêneros para a olaria, para desmanchar roças, por exemplo, foram as vilas localizadas perto de Macapá. Essa busca tinha duas finalidades: especializar ramos de produção cerâmica e agricultura, muito úteis nas alterações pretendidas na aparência dos antigos aldeamentos; modificar as casas, o que daria às localidades o *status* de vila. A agricultura, por sua vez, externava o projeto embrionário de comercialização regular de mercadorias para Portugal.

Buscaram-se nas vilas vizinhas os braços tanto para servir na olaria como para trabalhar no desmanchar de roças. Essa prática provocava, simultaneamente, movimentos de alteração demográfica, ao induzir nas estruturas locais situações deficitárias. Faltavam braços para produzir alimentos para o sustento de parte dos trabalhadores mobilizados. Era apenas o princípio do que ocorreria quando foi iniciada a construção da fortificação de São José de Macapá: o crescente desequilíbrio do abastecimento local.

Se parte dos índios que trabalhava na agricultura poderia ser sustentada com a produção de farinha das roças que eles desmanchavam, o mesmo não acontecia com os que trabalhavam na olaria e nas primeiras construções. Estes últimos não desenvolviam atividades para o autoconsumo. Era a administração local, por meio de derramas de farinha, feitas nas localidades próximas, que funcionava como agente provedor para esses trabalhadores, solucionando em parte as deficiências relativas ao consumo.

Nas mesmas regiões onde se buscava a força de trabalho indígena, procuravam-se também alimentos. Diminuíam os braços para o cultivo nesses lugares, caía a produção. Daí a desproporção entre produção e consumo; enquanto isso, não se introduziam alterações nas técnicas de produção.

³ O material elementar para a construção era a cal. Obtida a partir do cozimento de pedras, a cal servia de agregante da argamassa que dava o ligamento às pedras. No rios Anauarapecu e Matapi, encontravam-se pedras consideradas de boa qualidade (APP CÓDICE 103, 1765, DOC. 061).

A economia de Macapá encontrava complementaridade nas trocas com as vilas mais próximas. Nos dez primeiros anos de vida de Macapá, as transações seguiam o movimento interno e regional descrito a seguir:

Origem	Gênero
Cidade	sal, açúcar e produtos da metrópole
Baixo Amazonas	mão-de-obra, farinha e peixe
Marajó	gado e peixe
Rio Negro	mão-de-obra, farinha, tartaruga e peixe
Tocantins	mão-de-obra, farinha, aguardente e açúcar

Essa espécie de divisão regional da produção concorreu para uma certa especialização. Determinadas áreas foram procuradas com vantagem para o fornecimento de gêneros mais abundantes.

5 PRODUÇÃO ANTES DA CONSTRUÇÃO DA FORTALEZA

Macapá, vila Vistoza Madre de Deus e vila de Sant'Anna configuraram o espaço do povoamento da área compreendida entre o canal do Norte (na época, denominado baía do Macapá) e a ilha de Cara. A diversidade da produção como resultado da fase inicial de cultivo da terra minimizou a desvantagem do solo, com formação arenosa e misturado com areia barrenta. Não se registra nesse momento uma depauperação do solo, pois as culturas de arroz e mandioca desenvolviam-se sem dificuldade. Entretanto, parece ter sido o desgaste do solo que diminuiu em cerca de um quarto a colheita, logo após os dois primeiros anos de entrada dos colonos. Mas a relação entre o número de homens e a área cultivada parecia garantir a produtividade do solo no século XVIII.

Os documentos relatam constantemente a falta de farinha; a colonização parecia implantar-se acompanhada de uma crise na produção de alimentos. Paralelamente aumentava o número de derramas de farinha nas localidades vizinhas para atendimento de operários que trabalhavam nas construções de Macapá. Os dízimos cobrados em gêneros como a farinha estavam sujeitos a oscilações permanentes. Em Vistoza, em maio de 1754, o comandante da vila declarava ter sido impossível enviar a quantidade solicitada (mandava apenas 40 alqueires) por estarem os moradores em "condições miseráveis para fabri-

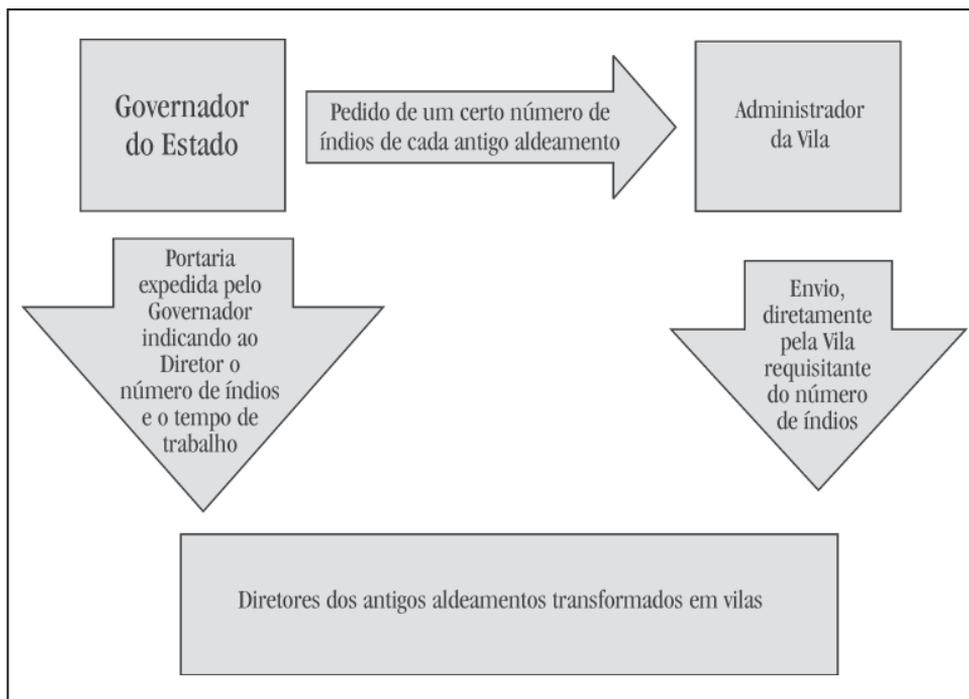
cá-la". No mesmo mês, já havia sido feita uma derrama de 300 alqueires, e, vinte dias após esse despacho, 40 alqueires. Ainda no mesmo período foi ordenada e feita outra derrama (APP CÓDICE 004, 1752-1762; DOC. 31, 32).

A incapacidade de gerar excedentes correspondentes aos níveis da demanda, provocada pela chegada de novos moradores, foi uma constante. Os moradores começaram a produzir alimentos para seu consumo, mas, ao mesmo tempo, o contingente de trabalhadores agregado à população da vila superava o ritmo de produção local e mesmo das vilas vizinhas. Claro indicador dos primeiros descompassos entre produção e consumo. Em 1759, os colonos venderam uma produção variada: grãos (milho e arroz), frutas (melancias e bananas) e víveres (frangos). Parece ter sido a diversificação de culturas associada ao uso ainda inicial da terra o fator que proporcionou esse excedente destinado à cidade. Em 1761, dois anos depois, enviaram-se à cidade 722 alqueires de arroz, 113 arrobas de algodão, 10 e 1/2 arrobas de tabaco e 17 potes de azeite (APP CÓDICE 004, 1752/1762; DOC. 31, 32). Cerca de 33 moradores foram responsáveis por essa produção. Nota-se que, tanto na diversidade como no volume da remessa de excedentes, os moradores, dotados de patentes militares, aparecem como os maiores produtores, provavelmente porque dispunham de fatores de produção – braços para a colheita – em número superior aos demais colonos, que podiam contar apenas com o trabalho familiar.

Como explicar a falta de farinha em Macapá e locais circunvizinhos? A tarefa mais difícil da cultura não era o plantio no sistema de coivaras, mas o desmanchar das roças (colheita). Essa fase exigia dispêndio maior de braços e de jornadas de trabalho.

Internalizada a idéia da abundância de indígenas nos antigos aldeamentos e dado o alto custo da mão-de-obra escrava africana, os moradores pediam freqüentemente ao Estado que enviasse índios para auxiliá-los na colheita da mandioca e índias para o preparo de farinha. Para a administração local, conseguir os índios não constituía uma operação muito simples. O controle e a centralização burocrática da administração desses trabalhadores findavam por estabelecer nas reduções de índios uma espécie de "poder local" personalizado nos diretores. Eles eram responsáveis pela tutela da mão-de-obra indígena e freqüentemente podiam burlar ordens, dada a distância e o tempo de viagem até os antigos aldeamentos. Pode ser esquematizada assim a operação para obter braços índios:

Nesse trâmite havia um porém. Geralmente o número de trabalhadores requisitados não era atendido, e os que vinham não eram



suficientes para desenvolver os trabalhos no Serviço Real e para os moradores. Vejamos um exemplo: uma portaria designou o envio de 75 índios, porém vieram apenas 44 (APP CÓDICE 004, 1752-1762; DOC. 002).

Revoltas, fugas freqüentes e mortes contribuíam para a crônica escassez de mão-de-obra em Macapá. No documento acima citado, indicava-se ter ocorrido a fuga de seis (6) índios na hora do embarque para a vila. Em 1759, para remediar a falta de mão-de-obra, os índios destinados aos serviços do padre de Macapá foram cedidos para o auxílio na colheita, pois nos lugares onde foram requisitados não se encontrou índio algum. Contribuíram para a escassez de índios, além da inoperância burocrática, as mortes e as epidemias, causadas por doenças decorrentes da dieta deficiente e, em geral, da má alimentação dos trabalhadores. As condições insalubres dos lugares de trabalho e de hospedagem favoreciam a propagação de doenças e um quadro epidêmico entre índios e escravos. Faltavam remédios e os administrados pertenciam à “botica” real. Os medicamentos liberados eram anotados na livreta de cada trabalhador, e procedia-se ao desconto nos vencimentos (APP CÓDICE 004, 1752-1762; DOC. 008).

Burlar as ordens do governador do Estado pressupunha uma autonomia administrativa no espaço em que os diretores operavam. Por

isso, os diretores das vilas contrapunham-se às ordens reais e aos pedidos dos administradores de Macapá. Estes últimos reservavam os índigenas para o extrativismo, negócio mais rendoso. Os diretores continuavam a organizar as expedições e nelas obtinham 6% do total da produção em forma de propinas.

No âmbito local, os administradores de Macapá viram-se impossibilitados de resolver problemas oriundos da falta de braços para a colheita da mandioca, e a farinha continuava em falta. A solução encontrada pelos moradores foi ir até Portel e trocar panos de algodão que fabricavam por farinha. A resposta do governador foi incisiva: mandou prender os moradores por desobediência (APP CÓDICE 004, 1752-1762; DOC. 051). Ficava em evidência o zelo com a esfera da circulação que estava reservada apenas para o Estado e seus agentes. Mas o consumo, nesse ato decorrente da troca, demonstrava o quanto o Estado era inapto para atender as necessidades imediatas dos moradores. Nesse vazio, era possível organizar formas de intercâmbio sem essa interferência ou, ainda mais, em um gesto de revelia maior, fazer o contrabando de gêneros.

Até 1761 a produção de Macapá era suficiente para atender parcialmente as necessidades da população instalada na região. Com flexibilidade, promoviam-se trocas internas, o que revela auto-suficiência. Os moradores compravam gado do Marajó e buscaram instalar currais em terras próprias para fornecimento interno de carne e leite. O Estado, no papel de provedor, instalou unidades de abastecimento local – os açougues e armazéns reais, administrados por agentes fiéis à administração, que eram remunerados por meio de contratos.

6 REDES DE ABASTECIMENTO NO AUGE DO PROJETO POMBALINO

Em 1762 chegou a Macapá o engenheiro Henrique Antonio Galuccio, responsável pela edificação da fortaleza de São José de Macapá. O engenheiro Henrique Galuccio veio munido de portaria. Também estavam designados 36 índios para serviços particulares e as obras iniciais da fortificação. Alguns meses depois, estava em Macapá o ajudante de engenheiro Henrique João Wilkens, que fez o reconhecimento do terreno e plotou a fortaleza. Com os engenheiros, chegaram os materiais fundamentais para viabilizar o preparo do antigo forte e a construção da nova fortificação. O comandante de Macapá, Luís Fagundes Machado, indicava o aumento da demanda de farinha na vila. Em junho de 1762, trabalhavam nos preparativos dos terrenos 37 índios, e outras portarias haviam

sido expedidas designando trabalhadores indígenas das localidades de Chaves, Rebordello e Portel. Juntavam-se ordens para o envio da farinha referente aos dízimos. Necessitava-se de mais farinha, carne, panos de algodão, contudo, a produção agrícola continuava carente de braços para a colheita (APP CÓDICE 004, 1752-1762; DOC. 112).

Nos documentos datados de 1765, constata-se que haviam chegado da câmara de Belém novos grupos de índios para trabalhar nos canteiros e 114 escravos, também destinados à construção. Sua alimentação, vestuário e remédios eram debitados ao Estado em forma de aluguel (APP CÓDICE 058, 1765, p. 184-185). Para 1765 é possível organizar vários dados que indicam a mão-de-obra mobilizada em cada atividade. Se acumulados os dados de trabalhadores mobilizados na construção referentes a cada mês, obtém-se o número de 2598 trabalhadores índios nesse ano. Mas é preciso relativizar esse número, pois tudo indica ser apenas um dado parcial do conjunto de trabalhadores índios transferidos para esse lugar. A maioria dos trabalhadores escravos pertencia ao Senado da câmara de Belém e eram alugados à fortificação, conforme os demonstrativos de despesa elaborados pelos administradores da obra. A participação da mão-de-obra escrava de origem africana na edificação da fortaleza de Macapá foi pequena. Os operários escravos que constam no mês de fevereiro de 1765, pode-se supor, re-encontram-se em dezembro do mesmo ano (mais 29 trabalhadores escravos). As variações eram mais acentuadas em função das mortes e fugas. Pode-se então tomar como média mensal 339 trabalhadores índios, que constam no mês de dezembro de 1765 (RAVENA, 1992, p. 46). Esses operários índios, agregados aos 205 escravos africanos, correspondem a uma soma de 544 trabalhadores mobilizados no canteiro da obra. Esse número parece de pouca significação se comparado ao total da população do Grão Pará naquele ano. Mas essa mão-de-obra – tanto os 339 índios constantes do mapa como os 205 escravos africanos – permanecia no canteiro da obra. Foram utilizados nos meses de 1765 cerca de 300 operários como “carreiros” das pedras. A obra como um todo chegava a mobilizar cerca de 800 trabalhadores mensalmente, sem contar os oficiais artífices, geralmente portugueses ou de origem europeia. No universo de trabalho da fortificação, agregados ao conjunto dos trabalhadores, havia ainda os soldados incumbidos da vigilância⁴.

Essa mão-de-obra imobilizada fornece uma idéia do crescente descompasso na produção de alimentos. A alimentação provinha do

⁴ Os dados acerca da fortificação e a análise do controle dos trabalhadores, bem como as estratégias de resistência de índios e negros operários em Macapá foram obtidos no ensaio O controle do tempo e do trabalho na colônia (RAVENA, 1992, p. 37-46).

excedente extraído das vilas. É importante indicar as diferenças entre produção e consumo relativas à farinha, tomada como “termômetro” do abastecimento. Segundo informações de consumo dos trabalhadores índios da fortificação de Macapá, a ração diária de farinha era de 169 gramas. Pode-se, então, calcular o consumo do total da população do Grão Pará (33.565 habitantes) em uma quantia de 56.940 alqueires por ano. O gráfico de produção de farinha para 1765 indica que se atingiram 10.306 alqueires. O déficit dessa produção pode ser explicado por lacunas nas fontes, pois as anotações da produção de farinha não eram feitas com o mesmo rigor das mercadorias de exportação.

Se a farinha era fundamental nas expedições de coleta, pode-se supor que os diretores omitiram propositalmente essa produção. Com esse procedimento, burlava-se a cobrança do dízimo e mantinha-se o fornecimento de suas próprias expedições. Os índios podiam admitir a avaliação de suas roças abaixo do rendimento real, porque dessa forma poderiam receber em troca mais mercadorias como pagamento.

Da desproporção entre população e produção de farinha, pode ser feita outra inferência. Tratava-se, nesse caso, de uma população acrescida por meio de novos “descimentos” de índios que, nessa situação, não tiveram tempo de abrir novas roças para seu sustento. Ante esse quadro de escassez, ressentido de forma pesada nos lugares de concentração de trabalhadores, como Macapá, os administradores locais acenaram com maior controle das rações e freqüentes pedidos de deramas ou resgate de alimentos nas vilas mais próximas. O Estado provedor apresentava-se sem condições para resolver os graves problemas de falta de alimentos para os trabalhadores, que se encontravam no limite de sua sobrevivência.

7 MONOPÓLIO E LIMITES DO ABASTECIMENTO EM MACAPÁ

As frotas do abastecimento da vila de Macapá partiam da cidade, o centro redistribuidor das farinhas de resgate e da carne-seca. Provenientes do Marajó, entravam bois. Nos primeiros anos de construção da obra, foram remetidos 206 bois, dos quais 3 morreram e 191 consumidos (ANEXO 058 ou 061). As rotas de abastecimento de braços para o trabalho coincidiam com as cargas de alimentos. A farinha provinha de Portel, Melgaço, Chaves, Vila de Franca, Boim, Faro e Gurupá; o peixe seco era levado de Chaves, Faro, Soure e do lugar de Rebordello, en-

quanto o peixe fresco transportava-se de Vila de Franca, Monforte, Soure e Salvaterra. A manteiga e o peixe-boi vinham de Óbidos.

A demanda contínua da construção manteve alto o ritmo de incorporação de trabalhadores e de gêneros para alimentá-los. Foi ordenado o pagamento de um número maior de dízimos de várias vilas. As mais próximas de Macapá eram as mais solicitadas nas rotas de abastecimento. O tempo gasto no transporte contava especialmente nos pedidos, em termos de quantidades e de qualidade. Os soldados que conduziam as canoas preferiam o tráfego para a vila de Macapá através de furos, pois contornar a baía de Marajó era extremamente perigoso para as embarcações da época. O ponto de partida era Belém. Daí entravam pelo rio Moju, que tinha às margens ranchos e engenhos em que era permitido o descanso dos índios remadores. Através de um furo, na época denominado rio Guanapu, onde havia a vila de Sant'Anna do Igarapé Miri, chegavam à baía de Marapatã (hoje sem denominação por tratar-se não de uma baía, mas do encontro das águas dos rios Tocantins com as do Pará). Nesse local atravessavam a baía do Vieira, a do Meirinha e a do Macapá (atualmente canal do Norte).

O tempo de viagem variava de acordo com alguns condicionantes naturais, como marés e ventos. Por isso, estimava-se em aproximadamente 30 dias a viagem entre Cidade-Macapá-Cidade⁵. Nesse cálculo, considerava-se a perecibilidade dos gêneros. Parecia mais racional transportá-los diretamente das localidades de Oeyras, Melgaço, Portel e Arrayolos do que levá-los primeiramente a Belém para depois redistribuí-los. Todavia Macapá continuava a cargo da administração da Cidade. Localmente funcionavam unidades administrativas destinadas a suprir os moradores de gêneros não produzidos por eles. Uma dessas unidades era o açougue, propriedade da Fazenda Real, que possuía sua própria canoa e abastecia moradores tanto por intermédio de contratadores de carne como por meio de pedidos diretos à cidade. O peixe também era obtido nos "pesqueiros reais". Os maiores pesqueiros localizavam-se em vila de Franca (Santarém) e Faro. Recebia-se algum peixe de Soure, diretamente para Macapá. A carne e o peixe, juntamente com o sal e o açúcar, eram trocados diretamente com os contratadores que acumulavam as funções de contratadores e dizimeiros.

Considerando essa dinâmica, o governador do Estado, João Pereira Caldas, respondeu aos oficiais da Câmara de Mazagão. Ao contratador-arrematante cabia fazer as equivalências entre dízimos e mercadorias-preços. Era costume que ele atribuísse à produção local cri-

⁵ Cidade era a denominação dada a Belém, nas correspondências coloniais.

térios diferentes. No momento da fixação dos preços, eram menores aqueles com que se taxavam os produtos fornecidos pelo contratador. A relação desigual e o caráter arbitrário dessas trocas criavam, frequentemente, áreas de atrito e conflitos entre moradores e “dizimeiros”, como se constata no relato desse tipo de acontecimento na Vila Nova de Mazagão, em 1776. Os conflitos por causa dos preços ou da impossibilidade de se pagar dízimos foram transferidos e resolvidos com respaldo na Lei (Bullas Apostólicas). Na prática, os dizimeiros ficaram isentos de compromissos e obrigações.

Com a formação da vila de Mazagão, parecia imprescindível a otimização das redes de abastecimento, mas a estrutura centralizada de distribuição acabou sendo duplicada. Desde Macapá redistribuíam-se gêneros tanto para Mazagão como para Sant’Anna e vila Vistoza Madre de Deus. Esse conjunto de vilas dependia do deficitário abastecimento do Estado. De fato, os problemas recebiam soluções improvisadas no interior das vilas. As “galinhas” para o hospital eram tomadas por empréstimo aos moradores, a aguardente – bebida utilizada em qualquer tipo de resgates – servia para conseguir galinhas nas localidades (APP CÓDICE 158, 1776-1786).

Depois da movimentação da agricultura comercial do arroz e da construção da fortificação, restava a questão do fornecimento de alimentos para moradores, trabalhadores e soldados fixados nas vilas e localidades. Os homens livres, assalariados pelo Estado, recebiam rações diárias de farinha, como pagamento. As fontes de abastecimento estavam desestruturadas, e ficava complicado para o governo pagar essa ração em gênero. A alternativa, em épocas de escassez de farinha, foi substituir o pagamento em gêneros pelo pagamento em espécie. Bom número de soldados plantavam roças, de onde tiravam seu sustento, e vendiam a farinha por um preço inferior. Lobo de Almada sugeriu ao governador do Estado que as rações dos regimentos militares fossem pagas em dinheiro. Para o resto – trabalhadores indígenas e moradores –, o pagamento seria feito em arroz, em substituição da ração de farinha. Ao final, o arroz não faltava. Lobo de Almada fez, em 1777, uma análise de custos para demonstrar a viabilidade da substituição, valendo-se do seguinte argumento: “circula mais dinheiro na terra, e também esta inconstância é atendível”.

Esse aumento de dinheiro circulante não comprometia a economia lusitana. Com trocas internas reduzidas, inexistência de mercados e monopólio do comércio de gêneros pela Fazenda Real ou pela Companhia, o dinheiro retornava rapidamente à fonte expedidora (Anexo DOC. 050 APP CÓDICE 174). Se o monopólio da produção e das trocas bene-

ficiava a Coroa, a contradição estrutural estava no estabelecimento *a priori* dos preços⁶.

A avaliação baseada na oscilação dos preços da carne e do sal demonstra o caráter contraditório do monopólio mercantilista. Por outro lado, as trocas entre moradores e Antonio Jose Vaz favoreciam, segundo Almada, os produtores. Podiam trocar equivalentes e acompanhar os preços de mercado. Isso destoava da regulamentação da Companhia, que exigia a monetarização nos atos de troca. Com isso, pagavam-se preços defasados, que não acompanhavam a oscilação em Lisboa. Era o custo que a Companhia assumia por permanecer presa ao artifício do monopólio, ou o duplo caráter das relações por ela intermediadas. Nas trocas internas, a Companhia podia regular os preços dos gêneros, mas, externamente, não conseguia fazê-lo para todos os produtos. Esse caráter contraditório contribuiu para que os moradores se voltassem para trocas diretas, com a possibilidade de cambiar seus produtos por equivalentes.

Enquanto a Companhia não aceitava o equivalente em produtos, o comerciante particular negociava. Com isso, estavam dadas as condições necessárias para que os moradores realizassem o valor de sua produção. Em 1778 a Companhia encerrou suas atividades por ordens reais. Os resultados de sua política apresentaram-se mais claros no intervalo de 1780 a 1781. Nesse período, quase 90% da produção da região estava voltada para o arroz. A autonomia vivida pelos moradores antes da expansão da produção do arroz foi transtornada totalmente.

A relação mais estreita com o circuito mercantil havia afirmado a monocultura e a dependência cada vez mais acentuada das redes de abastecimento externas controladas pelo Estado. O vínculo entre capital comercial e consumo interno findou por demonstrar a incapacidade do Estado lusitano em adequar, no espaço amazônico, técnicas, gêneros e força de trabalho na produção mercantil. O abastecimento foi um dos indicadores dessa incapacidade.

Delineava-se com clareza o perfil da crise que levaria Macapá e as vilas a uma retração demográfica. Não havia mais como solucionar problemas econômicos graves, e muito menos os do abastecimento. Não aparecia solução para os problemas de desnutrição, de empobrecimento dos colonos e da maioria dos trabalhadores.

⁶ "Vejo que V.Exa. me diz sobre o preço de 900 R o alqueire de sal e a arroba de carne da Companhia. Mas ao tempo de Luiz Bernardo recebeu ordens para o referido preço. Havia ele já posto o sal pelo dito preço e a carne a 800 R para não perder ambos os gêneros. Por que o sal conservando-se a dez tostões fazia mais conta comprá-lo a Antonio Jose Vaz que tinha metido uma boa porção na terra e aceitaria todos os gêneros do que a Luiz Bernardo alguém se avia de pagar a dinheiro. Agora porém faz mais conta comprá-lo à Companhia e assim mais se cedendo. A carne se logo que veio que estava singular se puzesse a 800R e ainda a 900R já se tinha gasto toda. Porém agora acha-se alguma um tanto arruinada. E por isso tem menos valor, demais tem entrado tanto peixe em Macapá, manteiga e ainda algumas farinhas que eu nunca vi a terra tão farta. Isso tudo me apareceu dever pôr na presença de V.Exa. para que seja de tudo permanentemente informado" (APP CÓDICE 174; 1777; DOC. 065).

FONTES PRIMÁRIAS

Annaes da Bibliotheca e Archivo Publico, tomos I e IV.

Arquivo Público do Estado do Pará.

Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Revista número 15, 3 Trim 1849. Mimeografado.

Correspondência da série "Diversos com o Governo"

004 (1752-1762)

058 (1. Sem. 1765)

061 (2. Sem. 1765)

075 (1766-1772)

103 (1770)

150 (1775)

155 (2. Sem. 1775)

156 (1. Sem. 1775)

158 (1776)

174 (1. Sem. 1777)

178 (2. Sem. 1777)

597 (1774-1775)

598 (1775-1776)

REFERÊNCIAS

BRAUN, João Vasco Manuel (1784). *Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*, n. 15, 3. Trim. 1849.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *O trabalho na América Latina colonial*. São Paulo: Ática, 1985. 96p.

_____. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750/1877)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 201p.

DANIEL, Padre João. *Tesouro descoberto no rio Amazonas*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976.

MAC LACHLAN, Colin M. African slave trade and economic development in Amazonia: 1700-1800. In: TOPLIN, Robert (ed.) *Slavery and race relations in Latin America*. Greenwood Press West Post Connecticut. London, 1974. p. 112-145.

RAVENA, Nírvia. O controle do tempo e do trabalho na Colônia. *Cadernos Plades*, Belém, n. 1, p. 35-46, 1992.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1990.

